

Trocando em miúdos

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

BB
BANCÁRIOS PB
UM SINDICATO FORTE

FetecNE
CONTRAF

Jornal do Sindicato dos Bancários da Paraíba - João Pessoa, março de 2009. Ano XVIII. Especial BB

apropriação indébita

assédio moral

**QUE BANCO
É ESSE !**

fraude trabalhista

exploração
de mão-de-obra

Banco do Brasil. Que banco é esse!

Exploração de mão-de-obra, fraude trabalhista, assédio moral, apropriação indébita

Estes são apenas alguns dos diversos tipos de abusos que o Banco do Brasil vem praticando contra os seus funcionários nos últimos anos, com reflexos diretos no atendimento à população, contrariando o seu discurso de responsabilidade social.

A instituição que já foi determinante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, seja no centro econômico ou nos rincões do interior; era inclusive uma referência nas questões trabalhistas. Fazer parte da família BB era sempre motivo de orgulho, pois a dignidade e a ética estavam sempre acima das questões, tanto no trato com funcionários, quanto com clientes.

Infelizmente, hoje a situação caminha para a degradação, devido a uma gestão tresloucada pela visão simplista do lucro e de imposições de mercado, que prevalecem contra os interesses da nação. A reestruturação de maio de 2007 agravou mais ainda o quadro.

Os dados estatísticos do Banco do Brasil, demonstram que houve grande crescimento de itens favoráveis ao Banco e que, paradoxalmente, houve retração de itens favoráveis aos funcionários. A disparidade caracteriza abuso e exploração de mão-de-obra, conforme números abaixo, do período de 2000 a 2008:

- Número de clientes: Saiu de 12,6 para 30,3 milhões (2 vezes e meia);
- Número de pontos de atendimento: Saiu de 7,5 para 15,4 mil (mais que o dobro);
- Ativos totais: Saiu de R\$ 138 para R\$ 507 bilhões (mais do dobro, se corrigir pelo INPC);
- Patrimônio Líquido: Saiu de R\$ 7,9 para R\$ 29,9 bilhões (mais que o dobro, se corrigir pelo INPC).
- Lucro líquido: Saiu de R\$ 970 milhões para R\$ 6,7 bilhões (4 vezes maior, se corrigir pelo INPC);
- Funcionários e Estagiários: Saiu de 90,5 para 93,9 mil (cresceu menos de 4%);
- Despesa com pessoal: Saiu de R\$ 5,6 para R\$ 7,9 bilhões (caiu 20%, se corrigir pelo INPC);

Seria preciso um reajuste de 33% para recuperar o nível da folha de pagamento do ano 2000, que, vale ressaltar, já era um nível achatado por 5 anos de congelamento de FHC. Mas esses números representam apenas uma parte da crueldade com que o Banco vem tratando seu funcionalismo. A crueldade maior é a precarização das condições de trabalho, fato que gera um ambiente inóspito, levando os funcionários ao estresse, à insatisfação no trabalho, a doenças e demais consequências de um ambiente degradante.

A distância entre a maior e a menor remuneração no Banco é enorme e injusta, com reflexo consequentemente nas aposentadorias. O descaso é escancarado; veja o exemplo da demissão dos amarelinhos, que incide na sobrecarga dos funcionários e demonstra o abandono aos clientes. Mas o Banco parece que “não tá nem aí”.

Até parece que há uma espécie de anestesia ou hipnose, para que essa situação continue ocorrendo. É como se o Banco usasse a técnica de encantamento de serpentes, para continuar com a lógica absurda de:

- Menos funcionários;
- Menos salário;
- Mais serviço;

Se fosse para seguir a mesma proporção de crescimento, o banco deveria ter hoje cerca de 200 mil funcionários e 30 mil

estagiários; que não seja tanto nem tão pouco; mas infelizmente somos apenas 86 mil funcionários e 8 mil estagiários, mesmo tendo o banco triplicado a base de clientes e adotado vários serviços novos, como consórcio, bolsa de valores, imóveis, etc. e etc.

Assim, o Banco tem que apertar o funcionalismo para que dê conta do recado. O curioso é que todo mundo fica se matando para que o Banco funcione, de gerente a escriturário, como se a flauta de encantamento permanecesse tocando suavemente.

Por incrível que pareça, o Itaú terminou 2008 com mais funcionários que o BB, mesmo tendo menos agências, veja:

	pessoal	agências
BB	93.950	4.601
Itaú	104.327	3.766

A situação atual é crítica e não condiz com a instituição BB, banco público federal, que devia

ter como princípio verdadeiro o respeito a funcionários e clientes, para continuar sendo referência aos bancos privados. É preciso ser dito que “uma gestão pode atentar para o lado social, sem esquecer do resultado financeiro”

Veja mais disparidade nos números do Banco, no período 2000 a 2008, a seguir:

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	ano	2000+inpc
12,6	13,8	15,4	18,7	21	23	24,3	26	30,3	Clientes (milhões)	-
78,2	78,1	78,6	78	79,7	83,7	82,6	81,8	86	Funcionários (mil)	-
12,3	11,9	9,5	10	10,3	10,3	9,9	9,1	7,9	Estagiários (mil)	-
7,5	8,5	12,3	13,2	14,4	14,8	15,1	15,2	16,4	Pontos Atend. (mil)	-
-	3,0	3,2	3,2	3,7	3,9	4,0	4,0	4,6	Agências (mil)	-
138	165	204	230	239	253	296	357	507	Ativos Totais (bilhões)	242
0,97	1,1	2,0	2,4	3,0	4,2	6	5	6,7(*)	Lucro Líquido (bi)	1,7
7,9	8,7	9,2	12,2	14,1	16,8	19,6	24,6	29,9	Patrim. Líquido (bi)	13,8
12,8	13	22,6	22,3	23	26,8	32,1	22,5	32,5	Rentab. s/ PL (%)	-
5,6	5,6	5,5	6,2	6,3	6,8	7,3	7,1	7,9	Desp. com Pessoal (bi)	9,8
309 estim.	340	350	405	453	475	161	0,0	0,0	Contr. à Previ (milhões)	-
satisf.	n. inf.	n. inf.	n. inf.	n. inf.	em desenv.	n. inf.	n. inf.	n. inf.	Satisf. de Funcionários	-
7,7	9,8	13,5	26,7	30,7	35,7	45	51,8	63,7	Agronegócios (bi)	13,5
69	73,4	97	110	116	138	159	188	271	Depósitos (bi)	121
-	-	425	655	720	889	1.129	1.209	1.510	Seguridade (bi)	-
3,3	3,8	4,7	n. loc.	n. loc.	n. loc.	14,1	20,2	23,9	Cartões Cred. (milhões)	-
12,8	13,7	15	n. loc.	n. loc.	n. loc.	42,3	48,9	52,7	Cartões Deb. (milhões)	-

(*) lucro operacional menor, sem a maracutáia da Resolução 26, que tenta tirar o dinheiro da Previ.

Tentativa de golpe contra a Previ

Crime de Apropriação Indébita

No caso da manobra para tirar dinheiro da Previ, o Governo, através da Secretaria de Previdência Complementar, editou a Resolução 26, interpretando de forma absurda a Lei 109, fato que daria aos patrocinadores de Fundos de Pensão o direito de receber, em dinheiro, parte de superávites do fundo, além de Medida Provisória isentando o imposto do Banco. Essa medida é ilegal, pois a Lei 109 prevê apenas “redução de contribuições” e “ampliação de benefícios”. A motivação do Ministério da Previdência é baseada em que, se está sobrando, é porque deve ter sido pago mais do que devido, porém essa tese nem sempre é verdadeira. No caso do Banco do Brasil, é duplamente impropriedade, pois:

I) As sobras na Previ não se devem a pagamentos a maior do Banco, mas ao fato de:

- Quase 50 mil funcionários terem se desligado do Plano entre 95 e 96, levando apenas a parte individual e deixando a parte patronal, que era apropriadas como de caráter solidário do plano;
- Forte redução dos salários, devido ao congelamento entre 1995 e 2002, situação que perdura até hoje, sendo que a redução salarial reduz também o valor do benefício futuro e por conseguinte, as obrigações da Previ;
- Investimentos com bons resultados que foram feitos pela Previ.

Note que 2 dos itens acima dependeram de conduta do Banco (Demissão de Funcionários e Achatamento Salarial), o que poderia até gerar suspeição sobre propósito.

II) A verdade é o contrário do que o banco alega, pois o valor de seus benefícios financeiros junto à Previ é muito maior que o valor de suas contribuições para o Fundo. Vejamos:

1) De 1967 até 1980, com o início do sistema de contribuições, o Banco adotou regime de caixa com as contribuições de todos, para complementar o pagamento dos benefícios existentes, do grupo pré-67, que era uma obrigação trabalhista do banco. Só em 1980, por imposição legal de 1977, a Previ começou a guardar as reservas do grupo pós-67, início do patrimônio atual (os pós 67 não são obrigação trabalhista do banco). Foram 13 anos sem guardar as contribuições dos pós-67 (valor não apurado);

2) De 1981 até 1997, o banco continuou com o esquema de regime de caixa, desta vez apenas com o grupo pré-67, se esquivando da obrigação legal de constituir reservas matemáticas (valor não apurado);

3) A partir de 1997, quando quase todo grupo pré-67 estava aposentado, o Banco propôs um acordo para que a Previ assumisse a responsabilidade desse grupo. Com o acordo feito, o banco não diminuiu nem aumentou seu desembolso mensal, sendo que a sua vantagem foi a redução do tempo de compromisso com o grupo, que duraria 32 anos, mas que reduziu-se para apenas 7 anos, se livrando de 25 anos de desembolsos para com o grupo. O custo desse grupo é de cerca de **R\$ 23 bilhões** em pagamento de benefícios; o banco é avalista do grupo, porém não há nenhuma previsão de que venha a ser recorrido. (O acordo constituiu as reservas matemáticas do grupo pré-67, e ampliou os benefícios para todos os associados, em cerca de **R\$ 15 bilhões** - valor atualizado, a exemplo de: maior participação na gestão; implantação de reajuste anual dos benefícios; fim do teto de 3 vezes o valor do INSS; redução da carência de 20 para 15 anos e adoção de contagem em meses; criação da aposentadoria antecipada aos 50 anos; fim da exigência de idade mínima de 55 anos para se aposentar; aumento de 21 para até 24 anos, para pensão de dependentes; inclusão do marido como pensionista e de pais, se dependentes econômicos; possibilidade de receber parte da contribuição patronal, no caso de sair do banco);

4) Acordo de 2005, fundo paridade – **R\$ 880 milhões** para redução de obrigações previdenciárias do banco e **R\$ 3,8 bilhões** para melhoria de aposentadorias através da redução da Parcela Previ;

5) Acordo 2007, uso do superávit de 2006 – Perto de **R\$ 1,9 bilhões** para o banco, sendo cerca de R\$ 170 milhões da suspensão das contribuições e R\$ 1,7 bilhões pelo aumento das reservas matemáticas, em função da mudança de tábua de mortalidade, relativa ao Grupo pré-67, que é obrigação trabalhista e contratual do Banco. Para os associados, o montante usado foi de cerca de **R\$ 6,2 bilhões** em ampliações diversas de benefícios, como teto de 75 para 90%, proporcionalidade da PP, redução de contribuições, redução da taxa de juros, mudança da tábua de mortalidade, renda certa;

6) Acordo 2008, uso do superávit de 2007 – Cerca de R\$ 180 milhões da suspensão de contribuições do banco e de valor equivalente para os associados.

O apurado dos benefícios financeiros do banco, versus suas contribuições e aportes, apenas de 97 para cá, resulta em:

Redução nos compromissos do banco, cerca de	R\$ 25,9 bilhões;
Contribuições/aportes do banco, cerca de	R\$ 2,8 bilhões;
Diferença	R\$ 23,1 bilhões.

Portanto, a verdade é que, ao invés de pagar mais, o banco teve foi benefícios financeiros, muitas vezes maior que suas contribuições, sendo injustificável e descabida a alegação de “devolução”; pois não há lógica em se “devolver o que não foi aportado”. A Resolução do governo para devolver dinheiro a empresas patrocinadoras é descabida e agride a Lei 109.

Achar que foi pouco ter resolvido as pendências previdenciárias e bilionárias do banco, além da vantagem de não ter mais que pagar contribuições, e querer se apropriar de mais dinheiro da Previ é um verdadeiro acinte e um crime de apropriação indébita contra os associados do Plano I da Previ.

Nem na época da ditadura militar houve uma tentativa absurda e injustificável dessa, nem também na época privatizante de FHC. Essa Resolução é ilegal, imoral e absurda, por isso não tem cabimento que vigore.

Mais sobre o sofrimento dos funcionários:

- Assédio moral (arma usada para exploração de mão-de-obra), choro, sobrecarga de serviço, pressão por metas abusivas de vendas, agressões verbais e até físicas de clientes que não suportam mais as condições precárias de atendimento a que são submetidos e querem descontar indevidamente nos funcionários e, principalmente, nas funcionárias. Tudo isso causa estresse, doenças, envelhecimento precoce, insatisfação com o trabalho, etc;

- O índice de funcionários que, em pesquisa da Cassi, anotaram possuir algum nível de estresse foi de 25%, mas do dobro do índice obtido em empresas no Brasil (12%), que já é considerado alto;

- Caixas são vaiados por filas enormes insatisfeitas - que duram até de 2 a 3h - quando têm que sair para almoçar ou ir ao banheiro; fato que não se apaga pelo aplauso do retorno;

- Estão fazendo com que o BB não interesse mais à população, através do enfraquecimento de seus funcionários, que é uma forma de minguar o compromisso social que o banco tem com a população. Assim, é mais fácil vendê-lo;

- Grande parte dos funcionários vive buscando uma porta de saída para se livrar do banco; sejam os novos tentando outros concursos ou os velhos buscando uma forma de antecipar suas aposentadorias. Não é construtivo para uma empresa, que seus funcionários estejam sempre buscando uma porta de saída.

Boatos de um novo PDV é uma constante;

- Lateralidade, jornada maior que 6 horas, etc. Fraudes trabalhistas viraram uma rotina;

- As condições de trabalho nas agências do BB são piores do que nas dos bancos privados, por incrível que pareça. Não fosse a estabilidade, certamente haveria uma debandada;

- O salário inicial do BB é aproximadamente R\$ 1,3 mil e o final, aos 30 anos de Banco, é apenas cerca de R\$ 2,1 mil. Esse é o destino de algo como 40% de funcionários que não terão acesso a uma função. Incrivelmente, esse é o mesmo nível salarial da era FHC, em 2002, corrigido pela inflação, mais ganho de cerca de 4%;

- Em 2007 os funcionários passaram a pagar porcentual sobre os exames médicos, ao plano de saúde;

- A Direção do BB só fala no mercado; o mesmo mercado que agora gerou uma crise no mundo. O Banco do Brasil não pode se medir pelo mercado; precisa ter uma visão mais voltada para o desenvolvimento sócio econômico, fato que não inviabiliza a auto-sustentação financeira da instituição. Não é concebível que uma instituição pública seja guiada tresloucamente por uma política de lucro financeiro, a qualquer custo, dando mais satisfação ao mercado, que possui apenas cerca de 20% das ações do Banco, do que à nação, que possui os 80% restantes, via governo.

Encontro Estadual de Bancários do BB

O Sindicato dos Bancários da Paraíba, seguindo as deliberações da 10ª Conferência Nacional dos Bancários, realizou no último sábado (14/3), o Encontro Estadual de Bancários do Banco do Brasil. O evento, promovido no auditório da entidade, reuniu funcionários abrindo o calendário de discussões específicas. O Congresso Nacional do BB será realizado em Brasília, nos dias 24, 25 e 26 de abril. O Seeb-PB participará com 3 delegados.

Em parceria com o Sindicato de Campina Grande e Região, o encontro abordou os temas aprovados no último Encontro Nacional de Dirigentes do BB que estarão presentes na mesa de negociação permanente. Um dos palestrantes foi Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, que debateu, entre outras questões: Saúde e Condições de Trabalho; O Papel do Banco do Brasil e as Incorporações; Plano de Carreiras, Cargos e Salários, e Organização do Movimento.



Trocando em miúdos

Informativo do Sindicato dos Bancários da Paraíba
Av. Beira Rio, 3.100, Tambauzinho, João Pessoa-PB.
Fone: (83) 3224-2054 Fax: (83) 3224-4837
Site: www.bancariospb.com.br
e-mail: sindicato@bancariospb.com.br

Presidente: Lucius Fabiani

Diretor de Comunicação: Marcelo Alves

Jornalista responsável: Otávio Ivson (DRT-PB 1778/96)
Reportagem: Otávio Ivson e Marina Magalhães
Diagramação: Paletta arquitetura, comunicação e design
Fotos: Otávio Ivson e Arquivo SEEB-PB
Tiragem: 2.500